**IMPACTOS DAS FUMAÇAS DAS QUEIMADAS DURANTE A SECA EXTREMA NA SAÚDE PÚBLICA EM SANTARÉM-PA**

Denison Melo de Aguiar1; Helder Brandão Góes2; Priscila Da Silva Souza3; Alzira Melo Costa4; Cristiane Bacury Soares do Rego Monteiro5; Nubia de Souza Oneti Lima6

1 Doutor. Universidade do Estado do Amazonas-UEA. [denisonaguiarx@gmail.com](mailto:denisonaguiarx@gmail.com) 2Mestrando. Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

3 Mestranda. Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

4 Mestranda. Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

5 Mestranda. Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

6 Mestranda. Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

**RESUMO**

As queimadas na região amazônica, como **objeto de pesquisa**, representam uma das mais graves ameaças de degradações ambientais e sociais, com impactos que vão além da degradação florestal. Em cidades como Santarém, no estado do Pará, a liberação de fumaças carrega partículas tóxicas, como fuligem, que afetam diretamente a saúde da população santarena, sobretudo durante os períodos críticos de seca. Esta poluição causa um aumento de doenças respiratórias e cardiovasculares, sobrecarregando o sistema de saúde pública e impactando a qualidade de vida, especialmente entre crianças, idosos e populações vulneráveis. Desta feita, há impactos jurídicos e sociais das fumaças de queimadas na saúde pública de Santarém, com ênfase na responsabilização ambiental e na proteção do direito à saúde, conforme estabelecido na Constituição Federal. Estas são causadas por práticas agrícolas e desmatamento ilegais. O **problema** central está em: como o direito ambiental pode ser mobilizado para responsabilizar os agentes das queimadas e assegurar a proteção dos direitos fundamentais da população afetada? O direito ao meio ambiente equilibrado, garantido pelo artigo 225 da Constituição Federal, é constantemente violado pelas queimadas na Amazônia, que geram impactos diretos na saúde pública. Além disso, as populações mais vulneráveis de Santarém, como crianças e idosos, sofrem os maiores danos, configurando um caso de injustiça ambiental. Este estudo se **justifica** pela necessidade de fortalecer a aplicação do direito ambiental como instrumento de proteção dos direitos humanos e demais seres viventes e de promoção da justiça climática. O **objetivo** está em compreender os impactos das fumaças de queimadas na saúde pública em Santarém sob a perspectiva do direito ambiental, identificando falhas na aplicação da legislação e propondo mecanismos jurídicos para responsabilização e mitigação dos danos. Foi utilizada uma abordagem qualitativa, com base em um estudo bibliográfico e documental de legislações ambientais, jurisprudências e relatórios técnicos de órgãos como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os **resultados** apontam uma grave violação dos direitos fundamentais ao meio ambiente equilibrado e à saúde, previstos na Constituição Federal. O aumento de doenças respiratórias, especialmente em crianças e idosos, durante os períodos de queimadas, revela os impactos da poluição causada por práticas ilegais, a qualidade do ar apresenta resultados nocivos para a saúde, registrando 414 microgramas por metro cúbico (µg/m³), sendo que o valor de referência recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é qualidade de ar entre 0 e 50. Essas atividades infringem a Lei de Crimes Ambientais e desrespeitam o princípio da prevenção no direito ambiental, que levou o poder executivo decretar emergência ambiental. **Conclui-se** que as queimadas em Santarém configuram não apenas uma crise ambiental, mas também uma violação de direitos fundamentais, evidenciando a insuficiência na aplicação do Direito Ambiental. O fortalecimento da fiscalização, como participação das comunidades tradicionais na fiscalização ambiental, a ampliação de ações civis públicas, para responsabilização dos infratores, e a criação de políticas integradas de prevenção e reparação, como um plano municipal de adaptação às mudanças climáticas são essenciais para mitigar os danos.

**Palavras-chave:** Queimadas. Direitos fundamentais. Saúde Pública. Santarém.

**Escolha a Área de Interesse do Simpósio**: Saúde Pública e Meio Ambiente.